

ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA CT-PROINFA/EÓLICA-021/2004, QUE ENTRE SI FAZEM A CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – **ELETROBRAS**, A EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. – **ENBPar** E **BOM JARDIM ENERGIA EÓLICA S.A.**

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes abaixo indicadas:

(1) CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A., doravante denominada **ELETROBRAS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, nº 196, Lj A, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26, devidamente autorizada pela Resolução nº 386, de sua Diretoria Executiva, em reunião realizada aos 04 dias do mês de julho de 2023, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais ao final assinados; e

(2) EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A., doravante denominada **ENBPar**, empresa pública, com sede em Brasília/DF, no Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ sob o nº 43.913.162/0001-23, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais ao final assinados; e

(3) BOM JARDIM ENERGIA EÓLICA S.A., doravante denominado **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Fazenda Cambajúva, Rodovia Estadual SC – 438, Km 180, acesso Estrada Municipal BJS-280, Km 06, CEP 88640-000, no Município de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.723.030/0001-38, neste ato representado, na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais ao final assinados,

CONSIDERANDO QUE:

(A) Foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de CT-PROINFA/EÓLICA-021/2004, entre a ELETROBRAS e o PRODUTOR, em 30 de junho de 2004, já aditado pelo Aditivo PR-001/2005, de 25 de novembro de 2005, pelo Aditivo PG-002/2006, em 15 de maio de 2006, pelo Aditivo PR2-003/2007, em 28 de fevereiro de 2007, pelo Aditivo TT-004/2008, em 03 de outubro de 2008, pelo Aditivo PV-005/2008, em 18 de dezembro de 2008, pelo Aditivo PV2-006/2009, em 27 de fevereiro de 2009, pelo Aditivo PR3-008/2009, em 01 de setembro de 2009, pelo Aditivo RD2-009/2010, em 28 de abril de 2010, pelo Aditivo VG1-010/2013, em 20 de setembro de 2013;

(B) A ENBPar é empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, cuja criação foi prevista na Lei nº 14.182/2021, para, entre outras finalidades, manter direitos e obrigações relativos ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (“PROINFA”), de que trata a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e sua prorrogação;

(C) O Decreto nº 10.791/2021 estabeleceu que as competências relacionadas à referida gestão devem ser assumidas pela ENBPar no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da realização da assembleia de homologação do resultado do aumento do capital social da ELETROBRAS decorrente do processo de desestatização;

(D) Em 19 de outubro de 2021, foi editada a Resolução nº 203 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (“Resolução CPPI nº 203/2021”), que aprovou a modalidade operacional, ajustes e condições adicionais para a desestatização da Eletrobras no âmbito no Programa Nacional de Desestatização, estabelecendo, entre outros temas (i) a continuidade da gestão pela Eletrobras, pelo prazo de transição de até 12 (doze) meses contado da data de liquidação da oferta pública global de ações de emissão da Companhia, dos contratos de comercialização no âmbito do PROINFA; e (ii) a celebração, entre a Eletrobras e a ENBPar, de contrato que discipline a transição da gestão dos programas setoriais e a cessão e/ou o aditamento dos instrumentos relacionados, bem como a assunção, pela ELETROBRAS, a título gratuito, do compromisso de prestar suporte e assessoria à ENBPar para a gestão dessas atividades, incluindo treinamento de pessoal, disponibilização de bancos de dados e de informações;

(E) Em 22 de fevereiro de 2022, foi realizada a 181ª assembleia geral extraordinária de acionistas da Eletrobras (“181ª AGE”), tal qual prevista nos termos da Lei nº 14.182/2021 e na Resolução CPPI nº 203/2021, conforme alterada pela Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos nº 221 de 30 de dezembro de 2021 (“Resolução CPPI nº 203/2021”). Na 181ª AGE foram aprovados, com o impedimento do voto da União, os termos e condições para a implementação da desestatização da Companhia (“Desestatização”), que se daria a partir da liquidação da oferta pública global de ações de emissão da Companhia;

(F) Em 22 de abril de 2022, Eletrobras e ENBPar celebraram “Contrato de Transição e Transferência da Gestão dos Programas Setoriais e dos BUSA”¹, tendo por objeto disciplinar as regras que deverão ser observadas durante todo o Prazo Limite para a Transferência pela Eletrobras à ENBPar da gestão dos contratos de compra e venda de energia elétrica em vigência celebrados no âmbito do PROINFA. As obrigações do Contrato de Transição e Transferência da Gestão dos Programas Setoriais e dos BUSA ficariam suspensas até a liquidação da oferta pública global de ações de emissão da Eletrobras de que trata o art. 3º da Resolução CPPI nº 203/2021, o que ocorreu em 17 de junho de 2022, conforme explicitado no considerando abaixo;

(G) Com o encerramento, bem-sucedido, da oferta pública global de ações de emissão da Eletrobras e implementação de todas as condições legais, foi divulgada, por Fato Relevante, na data de 17 de junho de 2022, a conclusão da Desestatização, data na qual as Partes reputam como termo final da suspensão referida no considerando “F”, tendo em vista a impossibilidade de se realizar a transição antes de findo o processo de desestatização da Eletrobras;

(H) A Eletrobras deseja ceder e transferir o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica e sua inteira posição contratual para a ENBPar, que deseja assumir a posição da Eletrobras no Contrato, tendo em vista a necessidade de manter direitos e obrigações relativos ao PROINFA e sua prorrogação, conforme elencado no considerando “B”;

(I) O PRODUTOR concorda com a cessão e transferência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica e da inteira posição contratual da Eletrobras para a ENBPar;

¹ O referido Contrato de Transição e Transferência da Gestão dos Programas Setoriais e dos BUSA, assinado entre ELETROBRAS e ENBPar em 22.04.2022 possui classificação confidencial, portanto, não é passível de ampla divulgação.

(J) As Partes desejam celebrar este Aditivo Contratual, cuja eficácia ficará sujeita às condições suspensivas previstas nesse instrumento.

Assim, em vista do acima disposto, resolvem as Partes celebrar este **ADITIVO CONTRATUAL**, que será regido e interpretado de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAMENTO:

Constitui o objeto deste **ADITIVO CONTRATUAL** estabelecer a cessão e transferência do Contrato de Compra e Venda de Energia CT-PROINFA/EÓLICA-021/2004, já aditado pelo Aditivo PR-001/200525 de novembro de 2005 , pelo Aditivo PG-002/2006, em 15 de maio de 2006 , pelo Aditivo PR2-003/2007, em 28 de fevereiro de 2007 , pelo Aditivo TT-004/2008, em 03 de outubro de 2008 , pelo Aditivo PV-005/2008, em 18 de dezembro de 2008 , pelo Aditivo PV2-006/2009, em 27 de fevereiro de 2009, pelo Aditivo PR3-008/2009, em 01 de setembro de 2009 , pelo Aditivo RD2-009/2010, em 28 de abril de 2010 , pelo Aditivo VG1-010/2013, em 20 de setembro de 2013, e da inteira posição contratual da **ELETROBRAS** para a **ENBPar**.

1. A **ENBPar**, por força do disposto no inciso III do §1º do art. 9º da Lei 14.182/2021 e no inciso VI do art. 2º do Decreto nº 10.791/2021, assumirá, em substituição à **ELETROBRAS** e após a efetiva transferência da gestão do PROINFA, mediante a assinatura, pela **ENBPar** e **ELETROBRAS**, de um certificado de transferência, que deverá ser amplamente divulgado pela **ENBPar** em seu website, de pleno direito e para todos os fins jurídicos e financeiros relacionados, a atribuição de gestora dos Contratos de Compra e Venda de Energia no âmbito do PROINFA, sub-rogando-se então em todos os direitos e obrigações do Contrato referido na epígrafe desta Cláusula e em seus Aditivos.

1.1 A efetiva conclusão da transferência da gestão do aqui referido Programa Setorial PROINFA, dar-se-á conforme previsto no Contrato de Transição e Transferência da Gestão dos Programas Setoriais e dos Busa, celebrado entre a **ELETROBRAS** e a **ENBPar**, e será comunicada às demais Partes deste Aditivo por ato da **ENBPar**.

1.2. A partir da alteração da posição contratual prevista na Cláusula 1.1 fica dispensada a assinatura da **ELETROBRAS** ou sua aquiescência para celebração de futuros aditivos do Contrato referido na epígrafe desta Cláusula, passando a **ENBPar** a figurar como única parte ativa do Contrato.

1.3. Em decorrência da alteração da posição contratual acima descrita, a **ENBPar** substituirá a inteira posição contratual da **ELETROBRAS** no Contrato referido na epígrafe desta Cláusula e em seus aditivos, e assumirá, de forma irrevogável e irretratável, todos os direitos, obrigações e responsabilidades da **ELETROBRAS** que tenham sido acordados com o **PRODUTOR** no Contrato. Consequentemente, todas as referências à **ELETROBRAS** no Contrato e nos seus Aditivos, serão entendidas como referências à **ENBPar**, após a implementação da condição suspensiva e efetiva cessão e transferência.

1.4. Também em decorrência desta cessão e transferência, mas integralmente observadas as cláusulas 1.5, 1.5.1 e 1.5.2, abaixo, o PRODUTOR dá a mais ampla, rasa, irrevogável e irretratável quitação à ELETROBRAS de todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato e seus Aditivos (que não sejam objeto de ações judiciais pendentes, como as relacionadas na cláusula 1.5, abaixo), desde a entrada em vigor até a presente data, inclusive quanto aos valores pagos pela ELETROBRAS às outras Partes, a qualquer título, resultando extintos os direitos e as referidas obrigações e toda e qualquer relação jurídica ou evento de qualquer natureza decorrente dos atos e negócios jurídicos

resultantes da relação civil havida entre ELETROBRAS e demais Partes do Contrato (observadas as ressalvas acima e abaixo, nas cláusulas 1.5, 1.5.1 e 1.5.2), reconhecendo as demais Partes inexistir qualquer pleito, interesse ou pretensão que possam justificar qualquer nova ação em qualquer esfera da jurisdição em face da ELETROBRAS, para dela nada mais pleitear, no presente ou futuro, seja a que título for.

1.5. A quitação mencionada na cláusula 1.4 não implica renúncia ou reconhecimento de quaisquer direitos (inclusive a honorários de sucumbência, multas e quaisquer outras verbas materiais ou processuais) ou responsabilidades discutidas no âmbito da relação jurídica havida entre as Partes nas seguintes ações judiciais: 0509091-29.2016.4.02.5101/RJ, que tramitou, em primeira instância, perante a 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, cujas Apelações tramitaram perante a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com recursos ao Superior Tribunal de Justiça já interpostos e aguardando processamento pela Vice-Presidência do TRF 2ª Região (“Ação Ordinária Rio de Janeiro”); 5001379-95.2013.4.04.7206 (da 1ª Vara Federal de Lages/SC), seus recursos e incidentes, e 5001639-75.2013.4.04.7206 (da 1ª Vara Federal de Lages/SC, atualmente AREsp 1.464.895, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça), seus recursos e incidentes (inclusive o cumprimento provisório de sentença 5003806-26.2017.4.04.7206, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Lages/SC, e eventuais e futuros cumprimentos, definitivos ou provisórios, de sentença relativos a obrigações pretéritas a esse Termo Aditivo) (“Ações Santa Catarina”), os quais seguirão o curso determinado pela legislação aplicável.

1.5.1. Em razão da transferência da gestão do PROINFA, a ELETROBRAS e a ENBPar pleitearão conjuntamente a sucessão processual desta por aquela, por meio de petição a ser apresentada ao juízo competente das ações 0509091-29.2016.4.02.5101 e 5001639-75.2013.4.04.7206, mencionadas na cláusula 1.5, para que a ELETROBRAS seja substituída no polo passivo das demandas pela ENBPar, observando as regras processuais.

1.5.2. Ficam preservadas e mantidas quaisquer penhoras, bloqueios, arrestos, depósitos e outras formas de garantia ou apreensão judicial havidas nas ações mencionadas na cláusula 1.5 (e seus incidentes e recursos e demais incidentes ou ações conexas), que não poderão ser levantadas em razão deste Termo Aditivo e permanecerão respondendo por eventuais obrigações fixadas nos referidos processos.

CLÁUSULA SEGUNDA – AJUSTE DE OBRIGAÇÕES:

O PRODUTOR reconhece, incondicionalmente, que, após o advento do termo final da condição suspensiva a que se refere a Cláusula Primeira, as notas promissórias por ele entregues à ELETROBRAS, no início do Contrato de Compra e Venda de Energia referido na epígrafe daquela Cláusula, serão endossadas e, doravante, consideram-se entregues e destinadas ao uso e à garantia da ENBPar.

CLÁUSULA TERCEIRA – COMUNICAÇÕES:

Todas as comunicações previstas no Contrato e Aditivo(s), mencionados na epígrafe da cláusula primeira, com relação à posição assumida pela **ENBPar**, deverão ser feitas por escrito e enviadas por serviço de entrega expressa, por e-mail com notificação de recebimento ou por carta registrada com aviso de recebimento, para os seguintes endereços:

Endereço: Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 9, Torre B, Sala 701, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200

E-mail: proinfa@enbpar.gov.br

At.: Diretoria de Comercialização

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO:

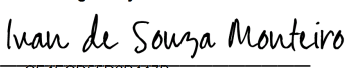
A **ELETROBRAS** e o **PRODUTOR**, com ciência e anuência da **ENBPar**, ratificam todas as cláusulas, termos e condições do Contrato CT-PROINFA/EÓLICA-021/2004 e dos Aditivos PR-001//2005, Aditivo PG-002/2006, Aditivo PR2-003/2007, Aditivo TT-004/2008, Aditivo PV-005/2008, Aditivo PV2-006/2009, Aditivo PR3-008/2009, Aditivo RD2-009/2010, Aditivo VG1-010/2013, não modificados expressamente e que não colidam com o presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – FORO:

O foro deste é o da Cidade de Brasília – Distrito Federal.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam digitalmente o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas que também o subscrevem. Data conforme assinatura digital.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

DocuSigned by:

CE4E0D5506B447B
IVAN DE SOUZA MONTEIRO
Presidente

DocuSigned by:

EB32D217205B486
ÍTALO TADEU DE CARVALHO FREITAS FILHO
Vice-Presidente Executivo de Comercialização de Energia
(INTERINO)

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. - ENBPar

LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS
Diretor Presidente

WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO
Diretor de Comercialização de Energia

BOM JARDIM ENERGIA EÓLICA S.A.

GUIDO PRESTES LEMOS
Diretor Presidente

RICARDO ALEXANDRE BALSALOBRE BARBOSA
Diretor Técnico de Operação

TESTEMUNHAS

DocuSigned by:

4FDE05A9D4A540A...
MARCELO BRANDÃO DA SILVA

DocuSigned by:

ABD0ABBD16C5443...
ANA PAULA BURKO CORREIA